

José Antonio Pérez Rubio, *Ideologia y el “atraso” de Extremadura (1940-1986). Del agrarismo a la terciarización*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2022, 813 p., ISBN 978-84-491-1571-4.

José Antonio Pérez Rubio é Professor Catedrático de Sociologia na Universidade de Extremadura, em Espanha, localizada em Cáceres. O seu percurso académico inclui duas licenciaturas, a primeira em Ciências Políticas na Universidade Complutense de Madrid e a segunda em Sociologia na Universidade de Lovaina na Bélgica. Fez um doutoramento em Sociologia pela Universidade Complutense em Madrid e exerceu vários cargos de responsabilidade académica, tendo sido Chefe de Secção de Ciências Empresariais na Universidade Laboral de Cáceres, Diretor da Escola Universitária de Ciências Empresariais da Universidade de Extremadura (1995-1998) e Decano da Faculdade de Estudos Empresariais e Turismo da Universidade de Extremadura (1998-2008). Publicou vários artigos científicos, capítulos e livros relacionados com a história da Extremadura em Espanha, e outros artigos em revistas de ciências sociais sobre motivação e satisfação laboral, sociologia do desenvolvimento, desenvolvimento rural, capital social nas comunidades rurais, género e empoderamento, turismo rural e outros temas diversos. Adicionalmente, foi responsável de Relações Institucionais no Grupo de Estudos de História Contemporânea da Extremadura (GEHCEX) e na Associação de Ciências Sociais da Extremadura (ACISE), e cronista oficial de Valdefuentes (Cáceres).

Nesta obra escrita em castelhano, o Autor aborda questões relacionadas com a ideologia e o desenvolvimento socioeconómico da região de Extremadura, em Espanha, utilizando referências bibliográficas relevantes e de qualidade, efetuando a análise de um período compreendido entre a era agrária e a fase de terciarização da economia, realçando as transformações históricas e estruturais da região ao longo do tempo.

Na nossa perspetiva crítica, o Autor explica, de forma clara e fundamentada, as razões do “atraso” da Extremadura, evidenciando um desenvolvimento lento na região, através de uma análise dos fatores históricos, políticos, económicos e sociais, que condicionaram o seu desenvolvimento, abordando as questões ideológicas em diferentes perspetivas, ajudando-nos a entender o desenvolvimento lento e o atraso verificado na região, através de análises de ideologias políticas, visões económicas e outros elementos culturais.

Este livro encontra-se organizado em três partes. Na primeira, são apresentados os indicadores históricos do atraso e a funcionalidade regional,

na segunda apresentam-se exemplos do impacto social na Extremadura, como o plano Badajoz e a grande emigração, e a terceira aborda as mudanças na estrutura socioprofissional da Extremadura, com a evolução para uma sociedade terciária, com foco no comércio e na prestação de serviços.

O Autor efetua a identificação das origens do atraso na Extremadura, relacionando-o com as instituições do passado, a distribuição da propriedade pós-reconquista e os sistemas de repovoamento e uso do solo, com destaque nas atividades agrícolas centradas na pecuária. Evidencia o papel das instituições que beneficiaram dessa exploração, com destaque para o Estado, que beneficiou da cobrança de impostos e criou uma dependência política evidenciada pela sua atuação que, claramente, procurava implementar regulamentações favoráveis aos seus interesses.

Surge assim, na Extremadura, uma estrutura socioeconómica distintiva e, embora se possa categorizar as regiões do sul da Espanha sob a designação de “sul latifundiário”, a análise efetuada revela as diferenças e particularidades da região, pois enquanto os latifúndios andaluzes se caracterizam pela predominância de diaristas, trabalhadores contratados para realizar tarefas temporárias, os trabalhadores da Extremadura exibem grande diversidade de grupos sociais, tornando-se em um caso singular em Espanha.

A revolução burguesa na Extremadura contribuiu para o fortalecimento do sistema, mas não proporcionou mudanças favoráveis ao surgimento de novas atividades e de novos setores produtivos. O confisco civil de propriedades e a dissolução do regime senhorial prejudicaram as camadas sociais que sustentavam o sistema de uso da terra através do seu trabalho e alguns dos extensos latifúndios transformaram-se em empresas de cunho capitalista, que coexistiam com as grandes propriedades tradicionais. Esta realidade manteve-se estável até à década de sessenta do século XX. Contudo, tudo poderia ter sido diferente se os projetos de reforma agrária da Segunda República, com medidas para abordar os problemas da Extremadura, não tivessem sido prejudicados pelo golpe militar de 1936, que interrompeu as reformas e desencadeou uma forte repressão contra amplos setores da população.

O Estado Novo de Franco atuou sobre uma sociedade oprimida, utilizando um poder absoluto, com execução de pessoas sem julgamento prévio, por serem identificadas como inimigas do movimento nacional ou associadas a rebelião, e foram efetuados saques de bens, impostas multas elevadas e represálias contra familiares. O Estado Novo exerceu grande controlo sobre as relações económicas externas, com racionamento de alimentos e uma série extensa de regulamentações sobre divisas, indústrias, produção e controle de preços, sem precedentes na história de Espanha.

A Extremadura sofreu impactos das políticas agrárias do Estado Novo e, posteriormente, pelas políticas regionais e industriais. No final do regime franquista, a Extremadura era uma das regiões mais atrasadas de Espanha e, embora tenha experimentado mudanças significativas nos anos sessenta, essas transformações foram, em grande parte, impulsionadas pelo exterior, uma vez que a região mantinha o seu atraso, carecendo de um setor industrial moderno e próspero. As alterações ocorridas na região estavam mais relacionadas a um processo de redução da população agrícola, do que a uma intervenção efetiva do Estado, realçando que certos aspetos característicos da estrutura socioeconómica da Extremadura resistiram ao desastre demográfico da década de 1960.

As políticas agrárias do regime franquista tiveram impacto na Extremadura. A política de produção e preços, orientada à produção de trigo com preços definidos em tarifários, levou a uma depressão produtiva e ao mercado negro. A outra grande linha da política agrária foi a das estruturas, no que respeita à propriedade da terra. Nesta linha, as medidas afetaram a Extremadura de forma muito mais direta do que em outras regiões espanholas.

Os vários governos franquistas, que se foram sucedendo, procederam ao desmantelamento da reforma agrária da República e durante a guerra, comprometeram-se com uma reforma económica e social da terra, que sendo muito vaga, incluiria ideias de Primo de Rivera que, em um seu discurso, prometeu instalar em terras férteis e irrigadas milhões de camponeses, que naquela época se esforçavam em cultivar terras secas e estéreis.

Terminada a guerra civil, terminaram as promessas de reforma económica e social da terra e tudo se reduziu a uma ideia de colonização, que passou por diferentes etapas, e o resultado obtido é avaliado negativamente, do ponto de vista da redistribuição de propriedade e da fixação de colonos de diversas origens. Mas pode ser avaliado positivamente, na perspetiva dos grandes proprietários, que viram como o valor das suas propriedades se multiplicou em resultado dos investimentos do Estado em irrigação e obras complementares. Com o fracasso da colonização, o regime franquista não desistiu dos seus planos e projetos, sempre mais propagandísticos do que eficazes, de transformação económica e social através da industrialização. A diversidade de iniciativas revela, de forma eloquente, o insucesso de cada uma delas e as ações implementadas, incluindo o Plano de Badajoz, as Zonas Preferenciais de Localização Industrial, as Grandes Áreas de Expansão Industrial, o Plano de Desenvolvimento Regional e as Operações de Desenvolvimento Integrado, ocorreram em consonância com a realidade de uma Extremadura desfavorecida e desprovida de uma base industrial significativa.

Na década de 1960 e início da década de 1970, aconteceram mudanças pela massiva emigração, destacando-se particularidades desse fenómeno, que causou impactos que prejudicaram a estrutura económico-social característica e centenária da Extremadura e surgiu o desenvolvimento do setor terciário de serviços, que não foi originado na sequência do processo de industrialização que, na realidade, não aconteceu. A sua expansão foi, em grande parte, o resultado dos benefícios sociais associados a um Estado providente, na sequência do fim do franquismo e da consolidação da democracia.

Podemos, portanto, constatar que o Alentejo e a Extremadura apresentam uma evolução histórica semelhante de subdesenvolvimento económico e de forte dependência da agricultura, dado que as duas regiões foram marcadas por latifúndios e pela concentração de terras, resultando em baixos níveis de industrialização e desenvolvimento urbano.

Realçamos, também, que, após a Revolução de 1974, Portugal passou por uma série de transformações profundas, tanto no âmbito político quanto no económico. A implementação de políticas de nacionalização e de reforma agrária tinham como objetivo redistribuir a riqueza e diminuir as desigualdades sociais. No entanto, a transição democrática trouxe consigo desafios económicos consideráveis, existindo a necessidade de estabilizar a economia e conseguir a integração nos mercados internacionais.

Em Espanha após a morte de Franco em 1975, a transição democrática também levou a significativas reformas económicas e sociais. A descentralização política e a criação de comunidades autónomas foram respostas diretas aos clamores por maior autonomia regional, resultando em políticas específicas para regiões como a Extremadura.

Salientamos, que com a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia, em 1986, ambos os países beneficiaram de fundos estruturais europeus destinados ao desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir disparidades e promover a coesão económica, social e territorial. Verificamos que existiram melhorias nas infraestruturas e em certos indicadores de desenvolvimento humano, mas o Alentejo e a Extremadura continuaram a enfrentar desafios estruturais, como a baixa densidade populacional, o envelhecimento demográfico e a falta de diversificação económica. De facto, os fundos da União Europeia proporcionaram melhorias significativas, mas foram insuficientes para superar totalmente as barreiras estruturais de longo prazo, pelo que consideramos que a inovação nas políticas de desenvolvimento regional será essencial para garantir um progresso mais significativo.

Em conclusão, consideramos que a obra de José Antonio Pérez Rubio é um contributo muito importante para os estudos do atraso regional em geral e na

Extremadura em particular, identificando as origens do seu atraso e permitindo-nos adicionar valor através da comparação das questões levantadas pelo Autor, relativas à Extremadura em Espanha, com a realidade verificada no Alentejo em Portugal.

António Cabeças

Universidade Autónoma de Lisboa

acabecas@autonoma.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8496-535X>

Arlindo Alegre Donário

Universidade Autónoma de Lisboa

adonario@autonoma.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3991-231X>

